

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Aroldo José de Lima**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcddh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcddh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1971/2018-PGJ, DE 11.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 22 e 23.7.2017, a serem usufruídos nos dias 14 e 15.6.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1965/2018-PGJ, DE 11.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar os Promotores de Justiça Fabio Ianni Goldfinger e Renata Ruth Fernandes Goya Marinho para participarem do “III Encontro Nacional de Prevenção e Combate à Tortura”, no período de 3 a 5.7.2018, em Brasília, DF; e tornar sem efeito a Portaria nº 1929/2018-PGJ, de 7.6.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1973/2018-PGJ, DE 11.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Fernando Martins Zaupa	19.5.2016 e 4.2.2017	28 e 29.6.2018
Marcos André Sant’Ana Cardoso	4.5.2014	21.6.2018
	30 e 31.8, 4 e 5.10 e 1º.11.2014	25, 26, 27, 28 e 29.6.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1974/2018-PGJ, DE 11.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Coxim, Daniella Costa da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 20.6.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1967/2018-PGJ, DE 11.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido no artigo 2º da Resolução nº 12/2015-PGJ, de 14.5.2015, e na Resolução nº 029/2014-PGJ, de 19.12.2014,

**R E S O L V E :**

Designar as servidoras Ana Gabriela Kiyomura Merlin, Analista/Contabilidade, e Natascha Junko Sakamoto Costa, Analista/Direito, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliarem nos trabalhos do Comitê de Controle Interno de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1968/2018-PGJ, DE 11.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores ocupantes de cargos efetivos, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços nas unidades de exercício abaixo indicadas, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	PERÍODO
IVAN ARRUDA SANTOS	Técnico II/Administrativa	15.5 a 11.6.2018
DESIGNAÇÃO: GRUPO ESPECIAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO - GECOC		
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
IVAN ARRUDA SANTOS	Técnico II/Administrativa	12.6.2018
JULIO CESAR GONÇALVES VIEIRA	Analista/Contabilidade	

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1975/2018-PGJ, DE 11.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 11.6.2018, do cargo em comissão de Chefe de Setor, símbolo MPDS-106, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Guilherme Bende Furtado, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1976/2018-PGJ, DE 11.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Nomear Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira para exercer o cargo em comissão de Chefe de Setor, símbolo MPDS-106, na função de Chefe do Setor de Serviços de Tecnologia da Informação, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, decorrente da exoneração de Guilherme Bende Furtado.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 1969/2018-PGJ, DE 11.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder férias regulamentares aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14, 15 e 17 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (OU INTEGRAL)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ana Paula Leite da Silva	2017/2018	1º a 10.10.2018	25.2 a 6.3.2019		20 a 29.7.2018
Angelo Maia Marcelo Pirani	2017/2018	2 a 11.7.2018	7 a 26.1.2019		
Carlos Alberto Arguelho	2016/2017	23.7 a 11.8.2018			11 a 20.7.2018
Carlos Augusto Bispo de Oliveira	2017/2018	25.6 a 4.7.2018	5 a 14.11.2018		5 a 14.7.2018
Caroline Pereira Finger	2017/2018	16 a 25.7.2018	7 a 26.1.2019		
Catarina Costa da Silva	2015/2016	18.6 a 7.7.2018			21 a 30.1.2019
Celia Mara Fernandes da Silva	2016/2017	9 a 28.7.2018	8 a 17.1.2019		
Cesar da Silva Junior	2017/2018	16 a 25.7.2018	7 a 26.1.2019		
Daniel Francisco Mercado Dantas	2017/2018	4.6 a 3.7.2018			
Eliane de Azevedo Duarte	2017/2018	16 a 25.7.2018	17 a 26.9.2018		2 a 11.7.2018
Elizandra Valladão Delfino de Aguiar	2017/2018	18 a 27.7.2018	1º a 10.10.2018		21 a 30.8.2018
Fabiola Márcia Shimabukuro	2017/2018	5 a 14.11.2018	28.1 a 6.2.2019		17 a 26.9.2018
Fernanda da Silveira Corrêa	2017/2018	18 a 27.3.2019	15 a 24.10.2019		5 a 14.6.2018
Jose Lima Fidelis	2017/2018	10 a 19.9.2018	8 a 17.4.2019		23.7 a 1º.8.2018
Geisa Jacob Gomes de Almeida	2017/2018	30.7 a 8.8.2018	14 a 23.10.2019		18 a 27.7.2018
Israel Ribeiro de Souza	2017/2018	18 a 27.7.2018	10 a 19.12.2018		12 a 21.11.2018
Jollivan Almeida Portela	2017/2018	25.6 a 14.7.2018			15 a 24.7.2018
Luciane Freitas de Lima	2017/2018	11 a 20.7.2018	7 a 26.1.2019		
Patrícia Lima Rodrigues	2017/2018	9 a 18.7.2018	7 a 16.1.2019		23.7 a 1º.8.2018
Renan Ricardo Furtado da Silva	2016/2017	9 a 28.7.2018			29.7 a 7.8.2018
Roni Berto Medina Espindola	2016/2017	16 a 25.7.2018	7 a 26.1.2019		
Waleria Silva Leite	2017/2018	23.7 a 1º.8.2018	15 a 24.10.2018		21 a 30.5.2018

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA Nº 1970/2018-PGJ, DE 11.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder férias remanescentes aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, nos termos dos artigos 1º, 4º e 17 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26.10.2000, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016, conforme segue:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Ivo Oliveira da Silva	2014/2015	9 a 13.7.2018
		10 a 19.12.2018
Philippe Vieira Nunes	2015/2016	28.6 a 12.7.2018
Thaís Mara Ferreira Domingos	2015/2016	16 a 20.7.2018
		28.1 a 6.2.2019

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO****PORTARIA Nº 0008/2018/CGMP/MS**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em exercício e em atendimento ao artigo 2º, IV, da Resolução nº 034/2016-PGJ, de 11.11.2016, que dispõe sobre o plantão da Administração Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul,

**Resolve:**

Alterar a Portaria nº 002/2018-CGMP, de 23.1.2018, publicada no DOMP nº 1661, de 25.2.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão da Corregedoria-Geral do Ministério Público, referente aos meses de janeiro a junho de 2018:

na parte onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTONISTA	TELEFONE
11.06 (18h01) a 18.06.2018 (7h59)	Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos	98478-2385
25.06 (18h01) a 02.07.2018 (7h59)	Marcos Antonio Martins Sottoriva	98478-2385

passa a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTONISTA	TELEFONE
11.06 (18h01) a 18.06.2018 (7h59)	Marcos Antonio Martins Sottoriva	98478-2385
25.06 (18h01) a 02.07.2018 (7h59)	Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos	98478-2385

Campo Grande (MS), 11 de junho de 2018.

MARCOS ANTÔNIO MARTINS SOTTORIVA  
Corregedor-Geral do Ministério Público

## ESCOLA SUPERIOR

### AVISO Nº 031/2018 - DOURADOS

O Presidente da Comissão do I PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL DAS PROMOTORIAS DE DOURADOS, homologado por meio do Aviso Nº 001/2016-CEAF-DOURADOS, de 13 de dezembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Ministério Público nº 1418, de 14 de dezembro de 2016, CONVOCA os candidatos aprovados, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

E para que todos tomem ciência, informa a seguir os candidatos convocados, a relação de documentos, a data e o local onde deverão ser entregues.

#### 1. CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE DOURADOS

Os candidatos aprovados, acadêmicos do curso de direito, deverão entregar a documentação na sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada na Rua João Corrêa Neto, nº 400, Bairro Santo Antônio - Dourados/MS - Telefones (67)3902-2800 – Fax: 3902-2809, dia 22 de junho de 2018, nos horários mencionados no quadro abaixo.

DIREITO - Dourados - Turno do Estágio: Matutino

HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
08h às 11h	LARISSA MARIANA MAIA DE MORAIS	64
08h às 11h	MARIA IZABEL BRANCO RODRIGUES	65

DIREITO - Dourados - Turno do Estágio: Vespertino

HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
13h às 18h	THALES ANTUNES BANDEIRA DE MELO	47

#### 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o <u>ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</u> ;
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7.	Atestado de exame ABO-RH;
8.	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil ( <u>exceto poupança</u> );
9.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10.	Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

Cumpra-se observar que diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2016-CEAF-DOURADOS, no capítulo “IX - Da Convocação e Admissão”, item 2.2, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no prazo de 03 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br)

Caso o candidato faça a opção por apresentar-se no local, deverá ir até a sede das Promotorias de Justiça de Dourados, situada à rua João Corrêa Neto, nº 400, Bairro Santo Antônio - Dourados/MS.

Campo Grande, 11 de junho de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA  
Procurador de Justiça  
Presidente da Comissão

#### **AVISO Nº 098/2018 - XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017 de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, declara a Decadência do direito do ser empossada da candidata aprovada no XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul abaixo relacionada, nos termos do item 10, IX do Edital nº 001/2017-CEAF, de 16 de março de 2017, publicado no DOMP nº 1467, de 17 de março de 2017.

1. REGIÃO DE CAMPO GRANDE  
Bacharéis em Direito Nível Pós-Graduação

CANDIDATO	POSIÇÃO	CONVOCAÇÃO
DÉBORAH SAYEGH MARTINS	120	Aviso nº 095/2018-GED

Campo Grande, 11 de junho de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA  
Procurador de Justiça  
Gestão de Estagiários de Direito

### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

#### **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 15/PGJ/2018 - Processo nº PGJ/10/1353/2018.  
Objeto: Aquisição de materiais elétricos (cabos de cobre, eletrodutos, condutores, caixas para quadro, disjuntores, etc.), para atender o Ministério Público Estadual.  
Vencedora: Diluz Comércio de Materiais Elétricos Ltda. – EPP, para o lote único, no valor de R\$ 8.056,91 (oito mil e cinquenta e seis reais e noventa e um centavos).  
Justificativa: Adjudicação tendo em vista o menor preço ofertado, nos termos do edital.  
Campo Grande, 11 de junho de 2018.  
Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz  
Pregoeira/PGJ, em substituição

**AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados que, com referência à Licitação Pregão Eletrônico nº 1/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/1448/2018), [destinado à aquisição de veículos, tipo Furgão, ano de fabricação e modelo 2018/2018 ou superior, e veículo Caminhão Baú (incluindo fornecimento do baú devidamente instalado), ano de fabricação e modelo 2018/2018 ou superior], a sessão de abertura dos envelopes foi suspensa para reanálise das condições do objeto.

Campo Grande, 11 de junho de 2018.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/PGJ/2017, PUBLICADA NO DOMP Nº 1639 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017 (PÁGINA 24) – REPUBLICADA NO DOMP 1.686 DE 06 DE MARÇO DE 2018 (PÁGINA 20) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/PGJ/2017

DO OBJETO: Registro de preço unitário para eventual aquisição de material de processamento de dados (disco flash SSD), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Disco flash SSD 240GB, compatível com baias de 2,5 polegadas, interface SATA III de 6Gbps, capacidade mínima de 240GB. Taxa de leitura de no mínimo 450 MB/s, taxa de gravação de no mínimo 400MB/s. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Kingston. Fornecedora: HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI – ME.	un.	500	460,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

DATA DE ASSINATURA: 1º de dezembro de 2017.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/PGJ/217, PUBLICADA NO DOMP Nº 1639 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017 (PÁGINAS 24, 25, 26 E 27) - REPUBLICADA NO DOMP 1.686 DE 06 DE MARÇO DE 2018 (PÁGINAS 21, 22 E 23) – REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/PGJ/2017

DO OBJETO: Registro de preços unitários para eventual prestação de serviços gráficos de impressão de folders, cartazes, adesivos, panfletos e outros materiais gráficos personalizados, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Serviço de impressão de folder, tamanho A3, papel couchê fosco ou brilho de 115 g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x4 cores), acabamento com até 2 (duas) dobras. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA – EPP.	un.	5.000	3,97
2	Serviço de impressão de folder, tamanho A3, papel couchê brilho de 115 g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x4 cores) e acabamento com 2 (duas) dobras. Pedido mínimo: 500 (quinhentas) unidades. Empresa vencedora: FRANÇA, CANASSA & CIA LTDA – EPP.	un.	5.000	1,38
3	Serviço de impressão de folder, tamanho A3, papel couchê fosco ou brilho de 115 g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x4 cores) e acabamento com até 2 (duas) dobras. Pedido mínimo: 1.000 (mil) unidades. Empresa vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA – ME.	un.	5.000	0,89
4	Serviço de impressão de folder, tamanho A4, papel couchê fosco ou brilho de 150 g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x4 cores) e acabamento com até 2 (duas) dobras. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA – ME.	un.	5.000	3,34
5	Serviço de impressão de folder, tamanho A4 papel couchê fosco ou brilho de 150 g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x4 cores), acabamento com até 2 (duas) dobras. Pedido mínimo: 500 (quinhentas) unidades. Empresa vencedora: L. F. DE SOUZA – ME.	un.	5.000	0,93
6	Serviço de impressão de folder, tamanho A4 papel couchê fosco ou brilho de 150 g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x4 cores), acabamento com até 2 (duas) dobras. Pedido mínimo: 1.000 (mil) unidades. Empresa vencedora: FRANÇA, CANASSA & CIA LTDA – EPP.	un.	5.000	0,52
7	Serviço de impressão de panfletos, tamanho A5, papel offset de 90g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x0 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA – EPP.	un.	5.000	0,80
8	Serviço de impressão de panfletos, tamanho A5, papel offset de 90g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x0 cores). Pedido mínimo: 500 (quinhentas) unidades. Empresa vencedora: L. F. DE SOUZA – ME.	un.	10.000	0,70
9	Serviço de impressão de panfletos, tamanho A5, papel offset de 90g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x0 cores). Pedido mínimo: 1.000 (mil) unidades. Empresa vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA – ME.	un.	20.000	0,43
10	Serviço de impressão de panfletos, tamanho A5, papel couchê fosco ou brilho de 150g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA – ME.	un.	2.000	1,44
11	Serviço de impressão de panfletos, tamanho A5, papel couchê fosco ou brilho de 150g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 500 (quinhentas) unidades. Empresa vencedora: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA – EPP.	un.	5.000	0,80
12	Serviço de impressão de panfletos, tamanho A5, papel couchê fosco ou brilho de 150g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 1.000 (mil) unidades. Empresa vencedora: L. F. DE SOUZA – ME.	un.	10.000	0,46
13	Serviço de impressão de cartaz, tamanho A3, papel couchê fosco ou brilho de 170g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x0 cores), acabamento com 5 (cinco) pedaços de fita autocolante dupla face no verso do material (extremidade e centro). Pedido mínimo: 50 (cinquenta) unidades. Empresa vencedora: L. F. DE SOUZA – ME.	un.	1.000	3,49
14	Serviço de impressão de cartaz, tamanho A3, papel couchê fosco ou brilho de 170g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x0 cores), acabamento com 5 (cinco) pedaços de fita autocolante dupla face no verso do material (extremidade e centro). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA – EPP.	un.	3.000	3,64
15	Serviço de impressão de cartaz, tamanho A3, papel reciclado de 150g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x0 cores), acabamento com 5 (cinco) pedaços de fita autocolante dupla face no verso do material (extremidade e centro). Pedido mínimo: 50 (cinquenta) unidades. Empresa vencedora: L. F. DE SOUZA – ME.	un.	3.000	3,86
16	Serviço de impressão de cartaz, tamanho A3, papel reciclado de 150g/m <sup>2</sup> , impressão em policromia (4x0 cores), acabamento com 5 (cinco) pedaços de fita autocolante dupla face no verso do material (extremidade e centro). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA – ME.	un.	5.000	3,83
17	Serviço de impressão de pasta para evento, impressão 4x4 laminação frente e bolsas; papel triplex 250g/m <sup>2</sup> , laminação brilho na frente e aba e nos bolsos internos. Medidas - aberta: 47,4cm de largura; fechada: 23,7cm de largura; altura: 33,5cm; bolsa interna direita: 12,5cm; bolsa interna esquerda: 8cm. Pedido mínimo: 500 (quinhentas) unidades. Empresa vencedora: FRANÇA, CANASSA & CIA LTDA – EPP.	un.	5.000	3,76
18	Serviço de impressão de cartilha, formato fechado A5, capa e miolo. Acabamento com grampeamento central. Capa: Papel couchê brilho ou fosco 180g/m <sup>2</sup> , impressão em	un.	2.000	7,60

	policromia (4x4 cores). Miolo: 4 (quatro) páginas, papel couchê brilho ou fosco 115 g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA – EPP.			
19	Serviço de impressão de cartilha, formato fechado A5, capa e miolo. Acabamento com grampeamento central. Capa: Papel couchê brilho ou fosco 180g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Miolo: 8 (oito) páginas, papel couchê brilho ou fosco 115 g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: L. F. DE SOUZA – ME.	un.	2.000	8,30
20	Serviço de impressão de cartilha, formato fechado A5, capa e miolo. Acabamento com grampeamento central. Capa: Papel couchê brilho ou fosco 180g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Miolo: 16 (dezesesseis) páginas, papel couchê brilho ou fosco 115 g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: L. F. DE SOUZA – ME.	un.	2.000	11,40
21	Serviço de impressão de cartilha, formato fechado A5, capa e miolo. Acabamento com grampeamento central. Capa: papel couchê brilho ou fosco 180g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Miolo: 20 (vinte) páginas, papel couchê brilho ou fosco 115 g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA – ME.	un.	2.000	14,20
22	Serviço de impressão de cartilha, formato fechado A5, capa e miolo. Acabamento com grampeamento central. Capa: Papel couchê brilho ou fosco 180g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Miolo: 40 (quarenta) páginas, papel couchê brilho ou fosco 115 g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: FRANÇA, CANASSA & CIA LTDA – EPP.	un.	2.000	19,49
23	Serviço de impressão de cartilha, formato fechado A5, capa e miolo. Acabamento com grampeamento central. Capa: Papel couchê brilho ou fosco 180 g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Miolo: 80 (oitenta) páginas, papel couchê brilho ou fosco 115 g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA – EPP.	un.	2.000	32,58
24	Serviço de impressão de cartilha, formato fechado A4, capa e miolo. Acabamento com grampeamento central. Capa: papel couchê brilho ou fosco 180 g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Miolo: 4 (quatro) páginas, papel couchê brilho ou fosco 115 g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: L. F. DE SOUZA – ME.	un.	2.000	9,58
25	Serviço de impressão de cartilha, formato fechado A4, capa e miolo. Acabamento com grampeamento central. Capa: papel couchê brilho ou fosco 180g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Miolo: 8 (oito) páginas, papel couchê brilho ou fosco 115 g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA – ME.	un.	2.000	13,84
26	Serviço de impressão de cartilha, formato fechado A4, capa e miolo. Acabamento com grampeamento central. Capa: papel couchê brilho ou fosco 180g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Miolo: 16 (dezesesseis) páginas, papel couchê brilho ou fosco 115 g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: L. F. DE SOUZA – ME.	un.	2.000	17,60
27	Serviço de impressão de cartilha, formato fechado A4, capa e miolo. Acabamento com grampeamento central. Capa: papel couchê brilho ou fosco 180g/ m², impressão em policromia (4x4 cores). Miolo: 20 (vinte) páginas, papel couchê brilho ou fosco 115 g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: L. F. DE SOUZA – ME.	un.	2.000	20,20
28	Serviço de impressão de cartilha, formato fechado A4, capa e miolo. Acabamento com grampeamento central. Capa: papel couchê brilho ou fosco 180g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Miolo: 40 (quarenta) páginas, papel couchê brilho ou fosco 115 g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA – ME.	un.	2.000	33,38
29	Serviço de impressão de cartilha, formato fechado A4, capa e miolo. Acabamento com grampeamento central. Capa: papel couchê brilho ou fosco 180g/ m², impressão em policromia (4x4 cores). Miolo: 80 (oitenta) páginas, papel couchê brilho ou fosco 115 g/m², impressão em policromia (4x4 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA – ME.	un.	2.000	60,40
30	Serviço de impressão de cartilha, formato A3 aberto e A4 fechado, 60 páginas, miolo 15 lâminas, couchê brilho 90g, 4/4 cores. Acabamento: vinco, dobra e grampo. Capa: 1 lâmina couchê brilho 150g, 4/4 cores. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: FRANÇA, CANASSA & CIA LTDA – EPP.	un.	2.000	46,37
31	Serviço de impressão de cartão de visita, papel couchê fosco, 300 g/m², formato 5x9cm, 4/4 cores, laminação BOPP fosco frente e verso, verniz localizado somente frente. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA – EPP.	un.	20.000	1,40
32	Serviço de impressão de envelope com cartão: ambos confeccionado em papel linho branco, gramatura 230. Envelope com clichê em alto relevo medindo 22,8 x 15,7 cm (c x l), com corte faca, aba diagonal. Cartão medindo aproximadamente 22,5 x 15,5 cm (c x l) e com relevo seco nas bordas. Ensacados e lacrados individualmente com plástico transparente. Pedido mínimo: 50 (cinquenta) unidades. Empresa vencedora: FRANÇA, CANASSA & CIA LTDA – EPP.	un.	2.000	18,21
33	Serviço de impressão de envelope com cartão: ambos confeccionado em papel linho branco, gramatura 230. Envelope com clichê em alto relevo medindo 22,8 x 15,7 cm (c x	un.	2.000	10,73

	l), com corte faca, aba diagonal. Cartão medindo aproximadamente 22,5 x 15,5 cm (c x l) e com relevo seco nas bordas. Ensacados e lacrados individualmente com plástico transparente. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: FRANÇA, CANASSA & CIA LTDA – EPP.			
34	Serviço de impressão de envelope com cartão: Envelope confeccionado em papel Aspen, gramatura 230, medindo aproximadamente 31 x 43 cm (aberto), com 4/0 cores, corte faca especial, 4 dobras com acabamento em cola, clichê (alto relevo - tamanho aproximado 8x5cm) da logomarca do MP/MS na aba de fechamento, com adesivo lacrador prata em forma de círculo, ensacado em envelope plástico transparente próprio para convite. Cartão, confeccionado em papel Aspen, gramatura 230, medindo aproximadamente 25 x 19,5 cm e com 4/0 cores. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: FRANÇA, CANASSA & CIA LTDA – EPP.	un.	5.000	17,30
35	Serviço de impressão de Credencial: Formato: A6 (10,5 x 14,8 cm). Papel: reciclado 180 gramas. Cores: 4x4. Acabamento: furacão e fio de silicone. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA – EPP.	un.	4.000	2,25
36	Serviço de impressão de certificado: formato: A4 (297 x 210 mm). Papel couchê brilho ou fosco 230 g/m². Impressão em policromia 4x4 cores. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades. Empresa vencedora: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA – EPP.	un.	5.000	2,30
37	Serviço de impressão colorida de adesivo para CD-R/DVD-R. Pedido mínimo: 50 (cinquenta) unidades. Empresa vencedora: REZENDE & DINIZ NETO LTDA – ME.	un.	800	2,87
38	Serviço de impressão colorida de capa para CD-Room em papel couchê 230, fosco, 12 x 12 cm. Pedido mínimo: 50 (cinquenta) unidades. Empresa vencedora: FRANÇA, CANASSA & CIA LTDA – EPP.	un.	400	2,18
39	Serviço de impressão colorida de capa para DVD-Room, em papel couchê 230, fosco, 27,2 x 18,4 cm. Pedido mínimo: 20 (vinte) unidades. Empresa vencedora: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA – EPP.	un.	400	1,49

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

DATA DE ASSINATURA: 5 de dezembro de 2017.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CAMPO GRANDE

#### EDITAL Nº 11/2018.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2018.00002131-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Associação de Moradores do Jardim São Conrado.

Objeto: Fiscalizar o devido cumprimento da sentença proferida no bojo da Ação Civil Pública n. 0828367-66.2015.8.12.0001, em face da Associação de Moradores do Jardim São Conrado, consistente na determinação de interrupção de qualquer atividade de narração de jogos de campeonato de futebol amador ou reprodução sonora até a devida comprovação de obtenção dos licenciamentos e alvarás emitidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana – SEMADUR, sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada evento realizado em desconformidade com as expostas condições.

Campo Grande, 08 de junho de 2.018.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO  
Promotora de Justiça

---

**CORUMBÁ**

---

**EDITAL 0045/2018/05PJ/CBA**

Autos de Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002073-3

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo 09.2018.00002073-3, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Chefs da Carne Eireli

Assunto: Promover o acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a empresa "CHEFS DA CARNE EIRELI-ME" e o Ministério Público Estadual.

Corumbá/MS, 06 de junho de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

**EDITAL 0046/2018/05PJ/CBA**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00001276-6

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2018.00001276-6, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Alessandro Rodrigues Sant'Anna

Requeridos: Luciano Signorelli Costa

Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas pelo vereador Luciano Signorelli Costa

Corumbá/MS, 07 de junho de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

**EDITAL 0047/2018/05PJ/CBA**

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00001446-4

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2018.00001446-4, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Rogério Costa Nemir

Requerido: Cláudio Luiz Bravo de Almeida

Assunto: apurar irregularidade funcional supostamente praticada por Cláudio Luiz Bravo de Almeida.

Corumbá/MS, 07 de junho de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

---

**DOURADOS**

---

**EDITAL 0012/2018/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados toma pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001710-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar ausência de estrutura material e recursos humanos mínimos, inclusive de profissionais médicos, na Unidade Básica de Saúde do Distrito de Indápolis.

Dourados, 08 de junho de 2018.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**APARECIDA DO TABOADO**

---

**EDITAL Nº 002/1ªPJ/2018**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001719-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: SIGILOSO

Assunto: SIGILOSO.

Aparecida do Taboado/MS, 11 de junho de 2018.

OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO

Promotor de Justiça

---

**CASSILÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 0006/2018/01PJ/CLA**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Inquérito Civil Público nº 06.2018.00001703-9, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001703-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A APURAR

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação de pessoas jurídicas para a prestação de serviços médicos generalistas em Cassilândia-MS.

Cassilândia-MS, 05 de junho de 2018

ANA CAROLINA L. M. CASTRO

Promotora de Justiça em substituição legal

---

**MUNDO NOVO**

---

**INQUÉRITO CIVIL Nº. 006/2016 – 2ª PJMN****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 09.2017.00001699-1****ADITIVO AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Pelo presente aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, §6º, da Lei nº 7347/85, alterado pelo art. 113 da Lei nº 8.078/90, o(s) abaixo qualificado(s) o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

Das Partes.

**COMPROMITENTE:** O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo-MS, representado pela Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto.

**COMPROMISSÁRIO:** Leandro Frozza Junior Eireli – ME, legítimo sucessor da empresa Elisete Maria Mello Frozza – ME, conforme alteração do ato constitutivo da empresa juntado aos autos do inquérito civil acima referido, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.713.2015/0001-92, com endereço comercial na Rua Santa Catariana, nº. 2319 – Sala 1 – Centro, na cidade de São Gabriel do Oeste/MS, devidamente representada pela pessoa de Leandro Frozza Junior, brasileiro, solteiro, empresário, cadastrado no CPF nº. 042.043.531-00, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº. 2319, Centro, São Gabriel do Oeste/MS

Resumo.

**CONSIDERANDO** que o Inquérito Civil n. 006/2016 restou concluído com a assinatura de TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 28 de abril de 2017 (fls. 03/10), cujo cumprimento está sendo acompanhado nos autos do PA nº. 09.2017.00016991, instaurado nesta Promotoria de Justiça em 27/05/2017.

CONSIDERANDO que, após a assinatura do referido Termo de Ajustamento de Conduta, surgiu a necessidade de alteração de sua Cláusula sexta, no que tange a mudança do veículo do Projeto Florestinha, a ser reformado mediante o pagamento da indenização civil acordada no TAC celebrado entre as partes, ante aos motivos expostos no ofício nº. 09/P-5/15/BPMA/2018, datado de 01 de março de 2018, cuja copia fará parte integrante do presente aditivo;

Da Obrigação.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando que o COMPROMISSÁRIO, como Transportador da carga, foi responsabilizado na esfera administrativa (multa administrativa imposta pela PMA) e na esfera criminal (instaurado Inquérito Policial), compromete-se, a título de indenização civil pelo ilícito ambiental cometido (Auto de infração IMASUL nº. 16586), a contribuir para o Projeto Florestinha da Fronteira de Mundo Novo para a educação ambiental, desenvolvido pela Polícia Militar Ambiental, conforme projeto anexo aos autos do inquérito civil nº. 006/2016, com a importância de R\$ 4.970,00 (quatro mil, novecentos e setenta reais), a ser aplicado na reforma do veículo, tipo Van, Modelo Peugeot, placas HSH-5114, doada pelo DETRAN ao referido Projeto.

CLAUSULA SEGUNDA: O pagamento será feito em 5 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 994,00 (novecentos e noventa e quatro reais) cada, com vencimento no dia 10 de cada mês, após a homologação do presente aditivo do Termo de Ajustamento de Conduta pelo Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), nos termos do disposto no artigo 41 da Resolução PGJ 15/2017;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Após a homologação acima, está 2ª Promotoria de Justiça notificará o compromissário das datas de vencimento de cada parcela para pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: em caso de atraso no pagamento, incidirá multa de 2% (dois por cento), mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor devido.

CLÁUSULA TERCERIA: Este aditamento ao compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e do art. 585, inc. VII, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA QUARTA: Mantém-se a validade das demais cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre as partes em 28 de abril de 2017.

CLÁUSULA QUINTA: Este aditamento ao Termo de Ajustamento de Conduta vai impresso em 03 (três) vias de igual teor, assinadas pela Promotora de Justiça e pelo compromissário. Uma das vias é recebida pelo compromissário neste ato, uma será juntada ao Procedimento e outra permanecerá em pasta arquivada na Promotoria de Justiça.

Mundo Novo/MS, 07 de maio de 2018.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO  
Promotora de Justiça

LEANDRO FROZZA JUNIOR EIRELI – ME  
Compromissário

Testemunhas:

Denis Clebson da Cruz

Thiago Falcão Ricartes

**INQUÉRITO CIVIL Nº. 006/2016 – 2ª PJMN****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 09.2017.00001699-1****ADITIVO AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Pelo presente aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, §6º, da Lei nº 7347/85, alterado pelo art. 113 da Lei nº 8.078/90, o(s) abaixo qualificado(s) o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

Das Partes.

**COMPROMITENTE:** O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo-MS, representado pela Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto.

**COMPROMISSÁRIO:** Franciosi & Assman Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.480.269/0001-73, com endereço comercial na Rua Marechal Floriano nº. 1120, Centro, na cidade de São Gabriel do Oeste/MS, devidamente representada pela pessoa de Mauro Miguel Franciosi, brasileiro, casado, empresário, cadastrado no CPF nº. 500.725.019-87, residente e domiciliado na Rua Joaquim Honório Ribeiro Rosa, nº. 1105, Centro, São Gabriel do Oeste/MS

Resumo.

**CONSIDERANDO** que o Inquérito Civil n. 006/2016 restou concluído com a assinatura de TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, firmado em 28 de abril de 2017 (fls. 03/10), cujo cumprimento está sendo acompanhado nos autos do PA nº. 09.2017.00016991, instaurado nesta Promotoria de Justiça em 27/05/2017.

**CONSIDERANDO** que, após a assinatura do referido Termo de Ajustamento de Conduta, surgiu a necessidade de alteração de sua Cláusula sexta, no que tange a mudança do veículo do Projeto Florestinha, a ser reformado mediante o pagamento da indenização civil acordada no TAC celebrado entre as partes, ante aos motivos expostos no ofício nº. 09/P-5/15/BPMA/2018, datado de 01 de março de 2018, cuja copia fará parte integrante do presente aditivo;

Da Obrigação.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** o COMPROMISSÁRIO compromete-se, a título de indenização civil pelo ilícito ambiental cometido (Auto de infração IMASUL nº. 16586), a contribuir para o Projeto Florestinha da Fronteira de Mundo Novo para a educação ambiental, desenvolvido pela Polícia Militar Ambiental, conforme projeto anexo aos autos do inquérito civil nº. 006/2016, com a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser aplicado na reforma do veículo, tipo Van, Modelo Peugeot, placas HSH-5114, doada pelo DETRAN ao referido Projeto.

**CLAUSULA SEGUNDA:** O pagamento, em parcela única, será efetuado após a homologação do presente aditivo do Termo de Ajustamento de Conduta pelo Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), nos termos do disposto no artigo 41 da Resolução PGJ 15/2017;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Após a homologação acima, está 2ª Promotoria de Justiça notificará o compromissário para pagamento no prazo de 10 dias.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** em caso de atraso no pagamento, incidirá multa de 2% (dois por cento), mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor devido.

**CLÁUSULA TERCERIA:** Este aditamento ao compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e do art. 585, inc. VII, do Código de Processo Civil.

**CLÁUSULA QUARTA:** Mantém-se a validade das demais cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre as partes em 28 de abril de 2017.

**CLÁUSULA QUINTA:** Este aditamento ao Termo de Ajustamento de Conduta vai impresso em 03 (três) vias



de igual teor, assinadas pela Promotora de Justiça e pelo compromissário. Uma das vias é recebida pelo compromissário neste ato, uma será juntada ao Procedimento e outra permanecerá em pasta arquivada na Promotoria de Justiça.

Mundo Novo/MS, 16 de maio de 2018.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO  
Promotora de Justiça

FRANCIOSI & ASSMAN LTDA  
Compromissário

Testemunhas:

Denis Clebson da Cruz

Thiago Falcão Ricartes

---

**NOVA ALVORADA DO SUL**

---

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2018**

O PROMOTOR DE JUSTIÇA TITULAR DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL, MAURICIO MECELIS CABRAL, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Promotoria de Justiça de Nova Alvorada do Sul-MS está fazendo uso regular do programa de automação denominado SAJ-MP, que confere maior celeridade e organização ao trâmite dos procedimentos judiciais e extrajudiciais sob responsabilidade do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a delegação da prática de atos meramente ordinatórios aos órgãos de apoio administrativo, nos procedimentos internos da Promotoria de Justiça, é medida salutar para gestão interna e significa(rá) economia de tempo para o órgão de execução;

CONSIDERANDO que, por meio da Emenda Constitucional nº 045/2004, que promoveu a reforma do Poder Judiciário, visando torná-lo mais célere, foi inserido, no art. 93, o inciso XIV, com a seguinte redação: “os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório”.

CONSIDERANDO que o preceito acima mencionado aplica-se ao Ministério Público brasileiro, por força da simetria estabelecida nos termos do art. 129, §4º da Constituição da República;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 162, §4º do Código de Processo Civil, cuja redação é a seguinte: “Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários”.

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 21 da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, cuja redação é a seguinte: “O presidente poderá expedir portaria interna em que constem os atos de mero expediente que o Oficial de Promotoria realizará independentemente de determinação expressa”, valendo mencionar que o dispositivo legal se refere ao ocupante do cargo Técnico Administrativo;

CONSIDERANDO que há, portanto, norma interna que autoriza aos órgãos de execução a delegar aos órgãos de apoio administrativo a prática de atos meramente ordinatórios nos procedimentos de responsabilidade do Ministério Público, o que está em harmonia com os preceitos constitucionais vigentes;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Delegar ao Técnico Administrativo, responsável pelo serviço de apoio, a prática dos seguintes atos, independentemente de despacho:

a) Promover a juntada, nos autos de Inquéritos Civis, Procedimentos Preparatórios, Procedimentos Administrativos, Notícias de Fatos e Procedimentos de Investigação Criminal, de documentos encaminhados pelas partes, interessados ou órgãos públicos, para a instrução dos feitos, certificando-se a providência;

b) Recebidos documentos na Promotoria de Justiça, o Técnico deverá cadastrá-lo no protocolo do sistema SAJ-MP, apor a etiqueta de identificação do número do protocolo, gerada pelo sistema, e promover, imediatamente, a juntada nos autos dos procedimentos listados na alínea “a”, deste artigo, lançando a respectiva certidão e promovendo as baixas necessárias à alimentação do Sistema.

c) Acaso o documento recebido na Promotoria de Justiça se refira a mais de um procedimento em trâmite, o Técnico deverá reproduzi-lo e promover a juntada em todos os autos, certificando a medida;

d) Realizada a juntada, os documentos físicos deverão remanescer arquivados com a anotação “juntado em autos eletrônicos” indicando-se o número do procedimento SAJMP, sem a necessidade de novo despacho do órgão de execução.

Art. 2º - Após a realização de juntada, o Técnico, imediatamente, fará a conclusão do procedimento respectivo, alocando-o na fila “Aguarda Análise do Promotor”, do SAJ-MP.

Art. 3º - O Técnico-I, após registrar no protocolo os convites e outros documentos meramente informativos (datas festivas, calendários, cópias de arrestos), deverá apresentá-los para despacho manual.

Parágrafo único – O Técnico deverá arquivar (dar baixa), no sistema SAJ-MP, os convites e outros documentos meramente informativos, após terem sido manualmente despachados.

Art. 4º - Em similitude (analogica) ao que ocorre no âmbito do Poder Judiciário (art. 152, inciso I e art. 250, inciso VI da Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil, que dispõem caber ao escrivão firmar alguns atos de comunicação do Poder Judiciário) e tendo em vista que a desburocratização – com a retirada, do órgão de execução, da prática de atos de mero expediente –, permite economia de tempo para a análise de questões fáticas e jurídicas mais relevantes para a preservação do interesse público fica delegada ao Técnico, responsável pelo serviço de apoio, a atribuição para redigir, assinar e expedir os seguintes atos de mera comunicação às partes que não possuem caráter requisitório ou decisório:

a) ofícios ou cartas, impressas ou eletrônicas, informando a comunicação de arquivamento de procedimentos;

b) ofícios respondendo a convites;

c) convites para comparecimento na Promotoria de Justiça;

d) mensagens eletrônicas em resposta a requisições dos órgãos internos do MPMS.

Parágrafo único - O Técnico deverá consignar nos documentos de que trata o presente artigo, que os remete por ordem do Promotor de Justiça e com fulcro em atribuição delegada por esta Portaria.

Publique-se no DOMPMS. Fixe-se cópia no quadro de avisos desta Promotoria de Justiça.

Encaminhem-se cópias ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral, para conhecimento.

Cumpra-se.

Nova Alvorada do Sul-MS, 08 de junho de 2018.

**MAURÍCIO MECELIS CABRAL**  
Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**RIO NEGRO**

---

**EDITAL N. ° 31/2018**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n. ° 06.2018.00001800-5 que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n. ° 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n. ° 06.2018.00001800-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Mário Augusto Frasnelli Tinoco

Assunto: “apurar possíveis danos ambientais em decorrência de corte e exploração de 22 (vinte e duas) árvores, conforme Auto de Infração n. ° 12718, do IMASUL, no imóvel rural denominado Fazenda Araçá, situada no Município de Corguinho”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. ° 24/2014 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Rio Negro, 11 de junho de 2018.

**THIAGO BONFATTI MARTINS**

Promotor de Justiça

**EDITAL N. ° 32/2018**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n. ° 06.2018.00001737-2 que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n. ° 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n. ° 06.2018.00001737-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Negro

Assunto: “apurar eventual valor exorbitante das diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal - Rio Negro - MS”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. ° 36/2015 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Rio Negro, 11 de junho de 2018.

**THIAGO BONFATTI MARTINS**

Promotor de Justiça

---

**RIO VERDE DE MATO GROSSO**

---

**EDITAL Nº 04/2018**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes nº 180, Bairro Nhicolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001522-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: apurar suposta ilegalidade na formalização e execução no contrato nº 6/2018 firmado pelo município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, decorrente do processo licitatório 269/2017 (pregão presencial nº 097/2017).

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 06 de junho de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça em substituição legal

**EDITAL Nº 05/2018**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes nº 180, Bairro Nhicolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001752-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: apurar degradação ambiental ocorrida na Fazenda São Francisco, situada no Município de Rio Verde de Mato Grosso, decorrente de construção de valeta sem autorização do órgão ambiental competente, em raio inferior ao exigido pela legislação de regência, no que toca a servidão decorrente a instalação de torres de energia elétrica, com formação de voçorocas e possível assoreamento de nascente que alimenta o Rio Verde.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 05 de junho de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça em substituição legal

---

**SONORA**

---

**EDITAL Nº 0011/2018/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Inquérito Civi n. 06.2018.00001071-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n. 90 – Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00001071-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Zelir Antônio Maggioni

Assunto: IC n. 001/2013 – apurar eventual ilegalidade na doação de terrenos urbanos situados nos loteamentos Sol Nascente e Jardim dos Estados II.

Sonora/MS, 04 de maio de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0012/2018/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n. 06.2018.00000114-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n. 90 – Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório n. 06.2018.00000114-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sonora

Assunto: apurar se o Município de Sonora está cumprindo os deveres de regulamentar e exigir o cumprimento do uso de calçadas pelos estabelecimentos comerciais do município.

Sonora/MS, 08 de junho de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça

**EDITAL N° 0013/2018/01PJ/SNR**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sonora torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n. 06.2018.00001105-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Três de Junho, n. 90 – Centro, em Sonora/MS, ou através do endereço na Internet: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório n. 06.2018.00001105-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: investigar eventuais atos de improbidade administrativa consistentes em ofensas aos princípios da competitividade e da legalidade por ocasião da realização do Processo Licitatório n. 111/2017, Edital n. 85/2017, do Município de Sonora/MS.

Sonora/MS, 08 de junho de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça